A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

FÁTIMA ROSANGELA GEBIM

RESUMO
A aprendizagem é um processo no qual nem todas as crianças seguem o mesmo ritmo. Uma das responsabilidades dos professores é detectar possíveis necessidades educacionais, derivadas de condições pessoais especiais ou de diferentes tipos de deficiências, para garantir que seus alunos progridam e se sintam integrados na sala de aula. Os alunos com necessidades educacionais especiais exigem um conjunto de medidas pedagógicas para compensar as barreiras que encontram no aprendizado. Essas medidas podem ser temporárias ou permanentes, dependendo das necessidades de cada aluno, e podem consistir em adaptações curriculares individualizadas ou adaptação de materiais e do ambiente para facilitar o aprendizado. Os professores devem trabalhar e implementar as medidas apropriadas para garantir a integração de todas as crianças com necessidades especiais no grupo ao qual pertencem, independentemente do grau de deficiência . Esta é uma questão de relevância na qual o ciclo educacional (Infantil, Primário ou Secundário) deverá ser levado em consideração. Em geral, professores e pedagogos devem proteger e colocar em prática uma série de atividades e jogos voltados à estimulação intelectual e motora, desenvolvimento da comunicação e habilidades emocionais.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Necessidades Educacionais. Responsabilidades.

INTRODUÇÃO

As crianças com deficiência ainda estão entre as mais excluídas e invisíveis do mundo. Estima-se que um em cada dez nasça com deficiência ou a adquira durante a infância ou adolescência.

A implementação da Lei de Inclusão Escolar significa um grande esforço em termos dos recursos que o Estado deve investir para igualar as contribuições que as famílias estavam gastando para manter o antigo sistema de financiamento compartilhado. Nesse sentido, é pertinente perguntar como a Lei de Inclusão Escolar busca alcançar a melhoria desejada na qualidade da educação?, especialmente se o foco estiver na correção de aspectos bastante econômicos do funcionamento do sistema educacional representado pelo co-pagamento e pela lucro. Espera-se que, quando a lei entrar em vigor, o foco não será mais a correção das iniquidades do sistema e o progresso será alcançado em direção ao objetivo central da lei, a saber, a verdadeira inclusão social.

A resposta à pergunta declarada em relação à melhoria da qualidade do ensino não é simples. É necessário considerar que a Lei da Inclusão faz parte de uma série de reformas promovidas pelo governo atual que incluem uma nova carreira profissional de ensino, fortalecimento da educação pública e consolidação de reformas anteriores, onde a criação de uma Superintendência e Qualidade da educação. Por outro lado, espera-se ter estabelecimentos de ensino e salas de aula que realmente representem a diversidade em termos socioculturais, étnicos e as necessidades educacionais específicas de cada aluno. Assim, a Lei da Inclusão deve ser entendida como uma transformação no sistema educacional, onde é necessário avançar na elaboração de material curricular,

O desafio é maior, considerando o aumento da imigração, a promoção de programas de integração escolar e o acesso efetivo aos estabelecimentos de ensino. Espera-se que esta oportunidade seja aproveitada por todos os atores ligados ao desenvolvimento da educação e que, promovendo comunidades educacionais mais diversas, seja possível contribuir para uma educação mais abrangente e de qualidade.

Para combater essa situação, o conceito de inclusão precoce busca contribuir para aumentar as expectativas de desenvolvimento para todos os bebês, meninos e meninas, independentemente de suas habilidades. Quando famílias , cuidadores e profissionais são capazes de superar estereótipos e identificar oportunidades de mobilizar apoios,

eles podem estabelecer uma seleção adequada de objetivos que apoiam seus esforços para alcançar a inclusão com qualidade e equidade.

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

No caso de crianças com deficiência, gerar grandes expectativas e promover seu potencial máximo de desenvolvimento implica a necessidade de reconfigurar as práticas e serviços educacionais que apoiam a inclusão. Isso é realizado por meio de uma série de ações e benefícios mediados por políticas e programas da primeira infância.

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR

As deficiências e dificuldades conhecidas por todos não significam que uma importante evolução possa ser notada no reconhecimento desse direito humano essencial e na melhoria da percepção compartilhada de que essa luta contra todas as formas de discriminação enriquece humanamente toda a sociedade.

Apesar de os regulamentos atuais garantirem o acesso à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, o sistema escolar não está totalmente preparado para recebê-los.

Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Devido ao fato de as nossas sociedades estarem em uma fase crítica de evolução, do âmbito industrial para o informacional e do âmbito nacional para o internacional, é importante evitarmos os erros do passado. Precisamos de escolas que promovam aceitação social ampla, paz e cooperação. (STAINBACK, 1999).

Os estabelecimentos que adotam educação inclusiva devem fazer ajustes no currículo para adaptar as metodologias usadas nas aulas, ou variar as formas de avaliação, respeitando a diversidade e trabalhando de acordo com os processos de aprendizagem dos alunos com Necessidades Especiais.

Supostamente, a inclusão veio substituir o paradigma anterior: integração. Uma perspectiva que representou um grande salto qualitativo na atenção a um grande número de crianças em idade escolar. Para crianças e adolescentes portadores de deficiência, foi decidido, por lei - e sem anestesia - que eles fossem integrados nas escolas correspondentes por meio da educação comum. A integração foi difícil e com muitas lacunas. Com tantas que, em muitas ocasiões, o próprio ambiente educacional - a priori e por definição, inclusive - o que ele fez foi segregar de uma maneira sorrateira, porque continuou a tratar crianças que estavam "se integrando" ao sistema chamado comuns, como crianças especiais.

A intenção era clara: adaptar (curricular e significativamente) alunos diversos à escola, quando deveria ter sido a escola (organizacional e culturalmente) que teria que ser transformada para responder a todos: o paradigma de uma escola para todos.

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (CUBERO e MORENO, 1995, p.255).

Com uma integração mal estabelecida, a inclusão veio novamente, com muito pouca reflexão e treinamento, ele foi implantado às pressas em todo o sistema educacional e simplesmente substituímos: onde dissemos integração, agora escrevemos inclusão,

como se fossem palavras sinônimos e intercambiáveis.
Começamos a erroneamente passar pela integração e inclusão como a mesma maneira tendenciosa de entender a diversidade, a diferença e a desigualdade na educação: concentrando-se na deficiência do aluno em vez de observar suas habilidades. Mais uma vez, os fundamentos de um "novo paradigma" foram lançados a partir de uma cultura distorcida. Ficamos muito iludidos ao acreditar que, apenas mudando a denominação, magicamente, mudaríamos culturas e, portanto, práticas. Mas não tem sido assim. Uma mudança, tudo deve ser dito, para a qual nem a visão social do déficit que continua a ter, nem as tendências homogeneizadoras da legislação educacional tradicional espanhola contribuíram.
Talvez o erro básico da inclusão seja a própria ideia que a sustenta: o fato de incluir implica a aceitação de que existem outros que são diferentes.
A revolução que possibilita a inclusão deve afetar o próprio coração do sistema educacional. Educar é inclusivo. Um desafio que envolve a transformação de currículos, estratégias organizacionais e culturas educacionais, ancoradas nos séculos passados, e um poderoso desenvolvimento inovador que aprimora ainda mais uma estrutura educacional ampla e flexível, que permite ensinar criatividade, autonomia organizacional e abertura da aprendizagem ao tecido bio-contextual que os constitui.
Falar em inclusão e educação é refletir sobre como transformar os sistemas educacionais para que se tornem espaços acolhedores, livres de barreiras de qualquer tipo ... amigáveis a todos. Espaços educacionais que permitem a todos os alunos, além de suas características específicas pode ser educado, ou seja, se desenvolver como um indivíduo inacabado.

A REALIDADE DO MUNDO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

A palavra “deficiente” geralmente contém uma conotação pejorativa: um deficiente sofre de incapacidades, portanto a tentação de tratá-los como incompetentes é amplamente sentida. Mas uma criança deficiente é capaz de se envolver em coisas construtivas e, acima de tudo, é capaz de progredir. Infelizmente eles raramente têm a oportunidade de progredir.

[...] para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideras: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente. (DENARI, 2004 apud RODRIGUES, 2006, p.36)

Em termos globais, há muito espaço para progresso no campo dos direitos da criança com deficiência. Um desses progressos foi o fato de serem chamados de “crianças com deficiências” em vez de “crianças com deficiência”.
De fato, o que é necessário para garantir os direitos da criança com deficiência é uma mudança de mentalidade. Além disso, as autoridades de todo o mundo devem tomar as medidas necessárias para introduzir uma estrutura jurídica e institucional que garanta a proteção das crianças com deficiência, permitindo que elas saiam de suas moradias escuras e que, necessariamente, permita que desfrutem de uma vida adequada, condições e oportunidades que merecem muito bem.
As crianças que não conseguem andar, ir à escola, brincar com os amigos ou levar uma vida independente por causa de sua deficiência são frequentemente órfãs ou abandonadas por causa de suas diferenças.
Segundo a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), (1989):

Deficiência- perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do

corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. Incapacidade- restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. Desvantagens- prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Considera-se que cerca de 150 milhões de crianças no mundo vivem com deficiência; 80% deles vivem em países em desenvolvimento. Na maioria das vezes, essas crianças não recebem o tratamento necessário e a maioria delas é discriminada.
Existem inúmeras causas de incapacidade. Infelizmente, é verdade que a maioria desses casos poderia ter sido evitada se tivessem sido fornecidos com prevenção e acesso adequados ao tratamento relevante. Na escritura, uma deficiência é causada principalmente por:

Problemas genéticos
Doença (poliomielite por exemplo)
Desnutrição
Guerra (particularmente através de minas antipessoais)
Negligência sanitária
Pobreza (que geralmente é seguida pelas seguintes causas mencionadas).

Uma deficiência de uma criança é frequentemente seguida por sua marginalização na sociedade. Por exemplo, verifica-se que apenas cerca de 2% das crianças com deficiência têm acesso à educação.

Além disso, a deficiência assusta as pessoas. Muitas vezes, é estabelecido no coletivo consciente que uma deficiência é uma maldição ou uma punição por pecados cometidos por seus ancestrais. Em várias regiões do mundo, as crianças que sofrem de deficiência são isoladas, evitadas e consideradas intocáveis.
Esse tipo de coisa é principalmente flagrante nos países em desenvolvimento, onde a maioria das crianças com deficiência é analfabeta e vive completamente isolada do resto da sociedade. Muitas vezes, eles são forçados a implorar para se sustentar e vivem nas ruas em extrema pobreza.
Existe um risco crescente de crianças deficientes se tornarem vítimas infelizes da violência devido à sua incapacidade de se defender. Assim, a violência física, psicológica e emocional passa a ser uma triste realidade que as crianças com deficiência sofrem nos círculos doméstico, institucional e social.
Infelizmente, em alguns países, uma desvantagem física ou psicológica também pode ser a causa do infanticídio, devido ao ônus social e financeiro que as crianças com deficiência colocam em suas famílias.
A discriminação por deficiência é numerosa: em áreas como educação, alojamento, transporte e vida cultural, a maioria dos locais e serviços em questão é inacessível para pessoas que sofrem de deficiência. Os obstáculos são numerosos, sejam físicos (edifícios que não podem ser acessados por pessoas em cadeiras de rodas), institucionais (falta de pessoal qualificado, por exemplo, intérpretes profissionais de linguagem de sinais) ou até obstáculos que simplesmente resultam da intolerância.
Mesmo nos países desenvolvidos, pode-se observar uma certa discriminação que afeta as crianças deficientes: elas são mais frequentemente separadas de outras crianças, mantidas em instituições especiais afastadas da família, em classes especiais, etc. Assim, a oportunidade de se integrar à sociedade e posteriormente encontrar um emprego torna-se impossível.

As escolas normais ou regulares devem aumentar as suas capacidades para identificarem e integrarem as crianças com Síndrome

de Down. O sistema de ensino tem de dar lugar à qualidade de ensino. Os programas mais integrados e individualizados não são um luxo, são necessidades do movimento de integração (FONSECA, 1987, p. 23).

O principal desafio em relação às crianças com deficiência em nossa região consiste na falta de dados adequados e comparáveis que permitam conhecer suas características sócio demográficas e monitorar estratégias de resposta.
A Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial estimam que mais de um bilhão de pessoas convivem com alguma forma de deficiência e falam de aproximadamente 100 milhões de crianças entre 0 e 14 anos com deficiência.
A inclusão precoce pode permitir o máximo potencial de desenvolvimento para todos os bebês, crianças, independentemente de suas habilidades e maneira de se relacionar com o mundo. Seu impacto é, portanto, ainda maior e mais relevante quando aplicado a crianças desfavorecidas devido à falta de treinamento sobre deficiência nesta fase.
Para mobilizar e integrar recursos de apoio e ferramentas inclusivas de qualidade, acessíveis a todas as famílias, o primeiro passo é identificar e georreferenciar recursos, instituições e pessoas com conhecimento, experiência e capacidade de apoio na abordagem de famílias de crianças com incapacidade. Atualmente, muitos recursos são desperdiçados devido à falta de visibilidade e barreiras burocráticas que impedem seu uso efetivo. Os acordos intersetoriais e interinstitucionais podem mudar isso, formando circuitos de inclusão precoce que conectam os recursos e as capacidades técnicas existentes nos níveis central e territorial.

INCLUSÃO PRECOCE COMO APOSTA NO DESENVOLVIMENTO

A educação é uma oferta que aspira a criar consentimento, na medida em que existe a possibilidade de assistir, de mostrar, de entrelaçar suas marcas nessa oferta e é isso que o professor deve promover. Para que um sujeito aprenda, é necessário que o Outro esteja lá, com seu interesse motivado causado, se não for assim, mesmo que tenha o currículo ideal, é letra morta.
Esse modo de estar no mundo de cada um é colocado em jogo, na forma de apresentação de cada sujeito; na maneira de estabelecer laços sociais com os outros e também na maneira como cada sujeito responde ao que representa uma ordem estabelecida, por exemplo, a instituição educacional.
A importância da tarefa educativa, como a busca e abertura de locais de conversação, com outros discursos que abrigam crianças e adolescentes; produzir um passo, algo novo no conhecimento, como uma maneira de lidar com o impossível, que produz um chamado, um desejo de conversar, pedir, trocar com outros.
A situação atual aumenta a vulnerabilidade social e econômica das pessoas com deficiência e de suas famílias. Para enfrentar esses desafios, há várias áreas que podem ser melhoradas. Uma delas é a maneira pela qual a deficiência é conceitualizada e medida, para identificar as pessoas que precisam de apoio adicional. Outra é fechar a lacuna na qualidade dos serviços sociais para pessoas com deficiência, particularmente na educação. Além disso, poderia ser dado apoio aos cuidadores para evitar sobrecarga de trabalho.
De acordo com Mantoan:

A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende como democratização a massificação do ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (2004, p.38)

Uma das características mais preocupantes que afeta a sociedade hoje tem a ver com desigualdade, falta de coesão social e as tensões sociais resultantes. Por outro lado, há também uma tendência esperançosa que reconhece a diversidade e os direitos humanos como uma base sobre a qual toda sociedade moderna deve ser construída.
Uma maneira de mobilizar recursos integradores, em oposição às desigualdades, é através do reconhecimento precoce, desde

o berço, de que todas as pessoas têm capacidades e pontos fortes para contribuir.
A partir da inclusão precoce, são promovidos ambientes que promovem direitos, sem exclusões ou discriminação. A erradicação de práticas discriminatórias e prejudiciais para a população em geral e para as crianças com deficiência em particular contribuirá para um melhor projeto de vida para essas crianças e suas famílias e, portanto, para toda a humanidade
Portanto, é essencial resolver esta grave discriminação sofrida por centenas de milhares de meninos e meninas em todo o mundo, pois, ao negar-lhes acesso ao sistema educacional, eles também os privam da tão esperada igualdade, a fim de ser uma parte ativa da sociedade em vez de condená-los à pobreza ou marginalização.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento (FÁVERO, et.al., 2007, 45).

Algumas medidas que, apesar de impressas, são muito legais e, apesar de serem incluídas na mais recente lei educacional aprovada pelo governo espanhol, ainda não resolveram muitos dos desafios que o sistema educacional de nosso país precisa enfrentar para garantir uma educação inclusiva correta, que responda às necessidades de todos os alunos diante de abordagens discriminatórias, a fim de combater a estigmatização e a discriminação, alcançando assim uma integração social e trabalhista plena dos jovens com deficiência.
Dessa forma, educando as crianças em um ambiente igualitário em que a diversidade é considerada uma oportunidade de aprender, é possível reforçar a capacidade dessas crianças de superar barreiras, alcançar objetivos e, acima de tudo, para que respeitem-se dentro de um caminho que deve levá-los a maximizar a sua educação, trabalho e desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de inclusão e integração tornaram-se uma grande demanda, tornando-se um componente estratégico no fenômeno da globalização que hoje nos determina, e é por isso que a inclusão educacional veio a ser instalada no coração da escola e na escola.
Quando essa realidade é verificada, surgem questões sobre o que é mais eficaz na inclusão educacional; é mais valioso levar nossos alunos a objetivos mais objetivos, incorporando-os a experiências de aprendizagem concretas e relevantes, vinculadas a seus interesses e habilidades, ou, em alguns casos, estamos comprometidos em oferecer uma simples socialização nas diferentes modalidades de ensino de nosso sistema educacional.
Os desafios da inclusão educacional devem responder a duas questões fundamentais: garantir, em todos os níveis e espaços, a integração dos alunos.
A inclusão escolar é um conceito relacionado ao acesso e permanência dos cidadãos nas escolas. O objetivo principal é tornar a educação mais inclusiva e acessível a todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades.
Nesse caso, deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, autismo e outras condições sociais, emocionais e psicológicas devem ser levadas em consideração.
Essas condições particulares, que influenciam a forma como os alunos podem ser educados, são chamadas de "necessidades educacionais especiais"
A educação especial é entendida como uma modalidade de ensino e um instrumento para a inclusão dos alunos. Os alunos com deficiência podem acessar serviços adaptados às suas necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

CIDID. Disponível em: http://www.proreabilitação.com.br/papo-cafezinho/demetrio-praxedes-araujo/deficiencia-incapacidade-e-desvantagens-conceituacoes> Acesso em 19 nov.2022.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

FÁVERO, E. A. Gonzaga; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: <http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.pdf>. Acesso em 20 nov.2022.

FONSECA, V da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. Direito da Educação, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

STAINBACK, S. Inclusão: Um guia para educadores. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.